

Unafisco-SP pede auditoria; juros consumiram R\$ 1,2 trilhão

Entidade sindical dos auditores-fiscais divulga estudo que prega auditoria para passar um pente-fino na dívida brasileira, que suga boa parte do orçamento federal. País pagou mais de R\$ 1,2 trilhão de juros da dívida entre 2000 e 2005.

André Barrocal - Carta Maior

BRASÍLIA - O governo prepara-se para definir uma estratégia de gestão de longo prazo da dívida pública, que desde 1999 vem sendo parcialmente paga ao "mercado" com parte da arrecadação de impostos. Para quem vê de perto tributos cobrados da sociedade escoarem para o "mercado", a primeira etapa de qualquer estratégia de gestão da dívida deveria ser submetê-la a um pente-fino. Uma auditoria para que se conheçam as origens, eventuais irregularidades, se já não teria sido paga e que tamanho teria de fato.

A auditoria foi defendida pela seção paulista do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco-SP), no estudo "Execução Orçamentária do Brasil - De FHC a Lula", que analisa o destino dos tributos arrecadados no Brasil nos dois governos do ex-presidente Fernando Henrique e no atual, do presidente Lula.

O estudo diz que o País pagou mais de R\$ 1,2 trilhão de juros da dívida entre 2000 e 2005, e constata que mesmo assim ela não diminuiu, evidência de que os juros pesam demais. Mais ou menos metade do pagamento de juros foi feito com dinheiro de impostos coletados na sociedade (superávit primário). O resto dos recursos, o governo arranhou pedindo emprestado ao mesmo "mercado" - fazendo dívida nova para quitar antiga, alimentando uma "bola de neve de juros sobre juros", segundo o documento.

Como o pagamento de juros consome parcela significativa do orçamento federal, seria "imprescindível" auditar a dívida, para iluminar o que seria uma "caixa-preta", na avaliação do Unafisco-SP. "Para reduzir os encargos da dívida, necessariamente, temos de passar por uma redução significativa da taxa de juros, por uma auditoria responsável do total da dívida pública e por uma conseqüente ampla renegociação", afirma o estudo.

Para os auditores-fiscais paulistas, só assim é que o governo poderia aliviar a sociedade e cobrar menos impostos. De 1995 a 2005, a carga tributária subiu de 29% das riquezas nacionais para 37%. "O efeito que sentimos, no mundo real, do peso dos tributos, tem como causa invisível o volume dos encargos da dívida", diz o estudo.

Constituição prevê auditoria

A auditoria defendida pelo Unafisco-SP na dívida pública foi prevista pelo texto original da Constituição de 1988, mas nunca ocorreu. Segundo o artigo 26º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), deveria ter sido realizada até um ano depois da Constituição, por meio de uma comissão de deputados e senadores. A comissão teria poderes semelhantes ao de uma CPI e poderia propor a anulação de parcelas da dívida que tivessem irregularidades. Segundo o estudo da Unafisco-SP, a última auditoria, realizada em 1931, concluiu que 40% das dívidas eram irregulares. Atualmente, a dívida pública brasileira supera R\$ 1 trilhão.

Responsável pela gestão da dívida, a Secretaria do Tesouro Nacional, uma repartição do ministério da Fazenda, não crê ser necessária a auditoria, mas encara a idéia com naturalidade. "Nossa política tem sido reconhecida pela transparência dos atos. Mas, se for do entendimento dos órgãos de controle, podemos fazer", diz o secretário Carlos Kawall.

A resposta foi protocolar, mas não traduz o que o governo pensa de fato de qualquer proposta que signifique discutir a dívida. A equipe econômica rejeita totalmente idéias do gênero.

A posição foi expressa recentemente por duas autoridades da equipe econômica, mas passou quase despercebida, durante audiências públicas na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Em junho, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, foi questionado sobre dívida pública e juros e afirmou que, para ele, "qualquer discussão de juros feita pelo devedor significa calote".

Mais recentemente, em outubro, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que o pagamento de juros da dívida não favorece o sistema financeiro, mas pessoas comuns que investem em títulos públicos via "mercado". Por isso, "o compromisso

de cumprir [os pagamentos previstos] é indiscutível”.

Nos cálculos do economista Márcio Pochmann, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a atual política de pagamento de juros beneficia 20 mil famílias no Brasil.